



Migratory cotton picker with his cotton sack slung over his shoulder rests a . . . Coolidge, Arizona. Dorothea Lange.

O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro*

The siren song: social-liberalism, new developmentism and the bourgeois supremacy in brazilian dependent capitalism

Rodrigo Castelo**

Resumo - Em meados dos anos 2000, a ideologia neodesenvolvimentista surgiu no cenário político brasileiro e apresentou-se como uma alternativa ao neoliberalismo. Desde então, criou-se uma controvérsia em torno da suposta ruptura dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) com o projeto neoliberal. Recuperando correntes clássicas do pensamento social brasileiro, que remete a autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, dentre outros, o presente artigo pretende trazer uma contribuição àquela polêmica, centrando-se no debate sobre a política econômica e seus impactos sobre a economia política do capitalismo dependente brasileiro. As suas perguntas centrais são: qual é o papel do novo desenvolvimentismo na etapa contemporânea do capitalismo dependente? É correto afirmar que esta ideologia supera o social-liberalismo e detém a hegemonia na pavimentação do capitalismo no nosso país, deslocando a plutocracia dos seus postos dominantes no bloco histórico neoliberal?

Palavras-chave - capitalismo dependente; social-liberalismo; neoliberalismo; novo desenvolvimentismo, Brasil.

Abstract - In the mid-2000s, the ideology of new developmentism appeared in the political scene and presented itself as an alternative to neoliberalism. Since then, created a controversy surrounding the alleged break of the governments of the Workers Party (PT) with the neoliberal project. Retrieving currents of classic Brazilian social thought, which refers to the authors as Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, among others, this article aims to make a contribution that controversy, focusing the discussion on economic policy and its impact on the political economy of dependent capitalism in Brazil. Its central questions are: what is the role of the new developmentalism in the contemporary stage of dependent capitalism? Is it true that this ideology overcomes social liberalism and has hegemony in the paving of capitalism in our country, displacing the plutocracy of their dominant positions?

Keywords - dependent capitalism; social-liberalism; neoliberalism; new developmentism; Brazil.

* Este artigo é fruto direto de um ciclo de conferências no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP sobre novo desenvolvimentismo e capitalismo monopolista no Brasil. A todas as envolvidas – estudantes, professoras e técnicas –, a minha mais profunda gratidão pela recepção generosa e acolhedora. Por fim agradeço a profa. Tatiana Brettas (UFRJ) por argutos comentários ao texto, isentando-a de qualquer responsabilidade sobre o seu conteúdo final.

** Economista, mestre e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor da Escola de Serviço Social da UNIRIO. *Correspondência*: Av. Pasteur, 458, sala 215, Prédio Pe. José Anchieta, Urca, 22290-255, Rio de Janeiro/RJ. E-mail: <rodrigo.castelo@gmail.com>.

“E a novidade que seria um sonho / O milagre risonho da sereia /
Virava um pesadelo tão medonho / Ali naquela praia, ali na
areia...” (Gilberto Gil e Paralamas do Sucesso, *A novidade*)

Introdução

A imagem do despertar do Colosso brasileiro voltou com força. Empresários, governantes, monopólios das comunicações e pesquisadores vendem a antiga ilusão do desenvolvimento sob uma nova e esfarrapada aparência. Teses como a eliminação da extrema pobreza, a emergência de uma nova classe média, o fim da dependência e do subdesenvolvimento, o pleno emprego da força de trabalho e a instauração de um Estado de bem-estar social são propaladas aos quatro ventos.

O canto da sereia de um novo desenvolvimentismo atrai cada vez mais a atenção da opinião pública e disputa a direção intelectual-moral da sociedade brasileira. Não são poucos movimentos sociais e partidos políticos que aderiram – conscientes ou não, em maior ou menor grau – a este projeto político das classes dominantes, cujos objetivos são moldar uma determinada concepção de mundo para o aprofundamento de uma etapa superior do capitalismo dependente brasileiro.

Apesar da força da ideologia neodesenvolvimentista, há no Brasil uma controvérsia sobre a sua capacidade de determinar os rumos das políticas do Estado, especialmente econômicas, geopolíticas e sociais. Em linhas gerais, surge um questionamento básico: houve uma ruptura com o projeto neoliberal e sua atual ideologia hegemônica, o social-liberalismo?

Luiz Filgueiras et al (2012), Pedro Fonseca et al (2012) e Reinaldo Gonçalves (2013), por exemplo, rechaçam, com as devidas mediações, a ideia do novo desenvolvimentismo como a força motriz da política econômica. Ivanete Boschetti (2012), Elaine Behring et al (2013) e Ana E. Mota, junto com diversos coautores (MOTA, 2012), demonstram a hegemonia do social-liberalismo nas políticas sociais.

O presente artigo pretende trazer uma contribuição a essa polêmica, centrando-se no debate sobre a política econômica e seus impactos sobre a economia política do capitalismo dependente brasileiro. As suas perguntas centrais são: qual é o papel do novo desenvolvimentismo na etapa contemporânea do capitalismo dependente? É correto afirmar que esta ideologia supera o social-liberalismo e detém a hegemonia na pavimentação do capitalismo no nosso país, deslocando a plutocracia dos seus postos dominantes no bloco histórico neoliberal?

1. A hegemonia neoliberal e sua variante social-liberal

A crise do neoliberalismo chegou ao nosso continente no final do século passado, antes de atingir o centro imperialista em 2008. Aqui, a crise se tornou orgânica, capaz de abalar a supremacia burguesa nos seus elos mais fracos. Abriram-se múltiplas possibilidades dos povos da região trilharem caminhos até então bloqueados pelas classes dominantes. Basicamente, colocaram-se em dis-

puta quatro projetos políticos pela direção intelectual-moral das nossas sociedades dependentes e periféricas: o socialismo do século 21, o social-liberalismo, a contrarrevolução e o novo desenvolvimentismo (CASTELO, 2010).

Vista a conjuntura latino-americana desta forma, os nossos caminhos estão longe de serem guiados somente por uma guinada à esquerda, que supostamente teria desencadeado o pós-neoliberalismo. Esta intrincada encruzilhada nos coloca diante de um cenário mais complexo. É inegável que a região vive um momento diferenciado na sua história, com a ascensão de forças populares e anti-imperialistas adormecidas há tempos, impulsionando, inclusive, o socialismo como projeto ético-político de governos genuinamente progressistas, como os da Venezuela, Bolívia, Equador e da combatente ilha de Cuba. Mas não podemos fechar os olhos para a reação das classes dominantes diante do avanço das forças progressistas, inclusive com manifestações esporádicas da extrema-direita de coloração fascista.

A reação burguesa concretizou-se de distintas maneiras, umas diretas, outras indiretas. A contrarrevolução foi posta em marcha com o golpe de Estado perpetrado na Venezuela em 2002. Mesmo com o fracasso da derrubada de Chávez, as plutocracias regionais fizeram novas tentativas até alcançarem seus objetivos em Honduras e Paraguai: com o uso da força (militar, parlamentar e midiática), expulsaram governantes democraticamente eleitos com programas populares da presidência. Além disso, a contrarrevolução também opera a partir de governos constitucionais, como na Colômbia, ponta de lança do imperialismo estadunidense na América do Sul, e no Chile, que utiliza heranças da ditadura de Pinochet, como o decreto do estado de sítio, para combater as lutas sociais do povo Mapuche e as rebeliões estudantis. No México, a repressão estatal ao Exército Zapatista e as crescentes fraudes eleitorais, bem como a militarização no combate ao narcotráfico, dão ares cada vez mais autocráticos ao país.

O social-liberalismo surgiu nos centros imperialistas em resposta à crise conjuntural vivenciada pelo capitalismo em meados dos anos 1990, com as crises financeiras nos países dependentes (México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil, Argentina) e o tímido fortalecimento das forças políticas de contestação da ordem, como os ativistas do Fórum Mundial e o Exército Zapatista. As classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à “globalização” para reduzir as tensões sociais e políticas. Falou-se em uma terceira via entre o mercado e o socialismo (Anthony Giddens), uma globalização com face humana (Joseph Stiglitz), desenvolvimento humano com liberdade (Amartya Sen), o pós-Consenso de Washington (John Williamson) e uma “nova” questão social (Pierre Rosanvallon).

Em linhas gerais, o social-liberalismo¹ reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção da riqueza.

¹ Para mais detalhes sobre o social-liberalismo, cf. Castelo (2012).

Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio.

Este ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na “questão social”, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas.

O desembarque do social-liberalismo na América Latina se deu pelas mãos de antigos partidos social-democratas, organizações que outrora defenderam os interesses dos trabalhadores e, atualmente, aderiram ao projeto burguês contemporâneo, tentando maquiá alguns dos seus aspectos sociais mais nefastos com medidas paliativas. Esta é a nova face do neoliberalismo na América Latina, na qual as políticas econômicas e sociais seguem, em essência, os ditames do pós-Consenso de Washington, escrito pelo mesmo redator do Consenso de Washington. Ou seja, tudo mudou para permanecer o mesmo, em uma nova etapa da longa revolução passiva latino-americana.

Os governos Lula e Dilma talvez sejam os melhores exemplos do social-liberalismo latino-americano. Apesar das origens de esquerda de parte dos quadros do PSDB, os tucanos perderam qualquer impulso transformador logo após a fundação do partido, sendo rapidamente apoiados pelas classes dominantes para dirigir o processo de integração do Brasil à fase neoliberal do imperialismo. Já o PT brilhou, durante a década de 1990, como uma estrela-guia da política anti-neoliberal. Todavia, ao assumir o governo federal em 2003, aderiu ao neoliberalismo.

Há praticamente um consenso desta adesão de primeira hora do PT ao neoliberalismo. Mesmo apoiadores do governo comungam desta avaliação. Aliás, o transformismo petista é anterior (IASI, 2006; COELHO, 2012) e ficou patente durante a campanha presidencial de 2002, com a assinatura da Carta ao povo brasileiro, na qual a cúpula do partido comprometeu-se com a plutocracia internacional a manter a política econômica herdada do Consenso de Washington.

O debate sobre uma suposta ruptura com o neoliberalismo no Brasil surgiu no segundo mandato de Lula. De acordo com alguns analistas, forçados pela crise externa em 2008, os governos do PT tomaram medidas que romperiam com o neoliberalismo, em especial no tocante às políticas

econômicas. Um pacote de medidas, tais como redução gradual dos juros, aumento do crédito ao consumidor e do salário mínimo, desonerações fiscais e tributárias e financiamento do capital monopolista nacional via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), teria sido a senha do rompimento com a política neoliberal e a adesão dos petistas e seus aliados (PSB e PCdoB, em especial) ao novo desenvolvimentismo.

Esta ruptura efetivamente ocorreu? Podemos nos questionar como uma ruptura desta magnitude – com um dos maiores projetos de supremacia de toda a história da ordem burguesa, ou mesmo da humanidade, como afirma Perry Anderson (2007) – pode ocorrer sem enfrentamentos diretos, sem massivas mobilizações populares e reformas institucionais, isto sem falarmos na eclosão de processos revolucionários. Uma “marolinha”, como Lula chamou os rebatimentos da crise internacional no país, teria mudado o curso da história brasileira?

Será que a estrutura básica do neoliberalismo – uma estratégia política mundial de reversão da crise orgânica do capitalismo nos anos 1970 hegemônica pelas frações rentistas do grande capital financeiro – mudou nos últimos anos? A hegemonia dos rentistas, dentro do bloco de poder dominante, teria perdido força no Brasil e, gradualmente, cedido lugar a outra fração da burguesia, mais ligada aos setores industriais internos?

A condução da política econômica nos últimos dez anos pode nos fornecer algumas pistas para delinear uma resposta plausível às questões formuladas acima. Neste caso, é preciso entender o cofre do tesouro e os guardiões das suas chaves, tendo em vista que a dinâmica da acumulação de capital, e sua natureza financeirizada, podem ser impulsionadas pela política econômica, assegurando o poder e a riqueza das frações rentistas das classes dominantes. Mas, certamente, a política econômica não tem força para alterar as bases de um padrão de acumulação capitalista. Tais alterações dependem de revoluções, reformas, revoluções passivas ou contrarrevoluções, isto é, ocorrem fundamentalmente no plano da grande política.

Começemos pela parte fiscal. No primeiro mandato de Lula, a política orçamentária manteve intactos os pilares do Consenso de Washington, sendo, inclusive, mais realista que o rei. Na época, o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigiu um acordo de 3,75% de meta para o superávit primário; o governo cedeu 4,25% e, na prática, chegou a 5,13% no primeiro ano. O objetivo era acalmar os ânimos do grande capital, leia-se, garantir altas taxas de rentabilidade para a plutocracia.

Posteriormente, o superávit primário caiu e, em média, ficou no patamar de 3%, o que, afinal, havia sido acordado com os credores internos e externos. Os mecanismos de produção do superávit primário, que drenam recursos das políticas sociais, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Recursos da União, continuam ativos sem questionamentos. O Tesouro Nacional e o Ministério do Planejamento cumpriram

diligentemente o papel de manter a poupança estatal para o pagamento dos juros da dívida na casa dos 3%; em 2009 e 2010, a taxa ficou em torno de 2% com descontos do investimento do PAC, e aumentou para 3,11% em 2011, caindo novamente para 2,38% em 2012 (VALENTE; BECK, 2013, p.26). Iniciou-se neste ano a discussão da redução formal do superávit primário para o patamar de 2% sem as ditas maquiagens contábeis, conforme reclamações dos críticos conservadores.

Desde o período pós-crise, o governo federal reduziu, em determinados anos, a poupança dos gastos públicos em 1 ponto percentual. A medida anticíclica é uma tentativa de reativação da economia nacional diante da queda do crescimento do PIB. A questão que merece ser discutida é: qual é o destino dos recursos que voltam a entrar em circulação além dos circuitos especulativos do capital portador de juros? Grande parte deste dinheiro foi alocada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em capitalizações do caixa do BNDES e nas desonerações fiscais e tributárias de setores produtivos, numa operação de transferência de renda para o grande capital estimada em R\$ 106 bilhões no biênio 2013-2014 (BECK, 2013, p. 28). Somente uma pequena fração da queda do superávit primário foi utilizada no reajuste dos salários dos servidores federais e dos valores de benefícios sociais. Os gastos nas áreas sociais também sofreram aumentos, mas em uma proporção muito menor do que o pagamento dos juros e amortizações da dívida (gráfico 1)².

Gráfico 1 – Orçamento geral da União – gastos selecionados (R\$ milhões)³



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFI 2012

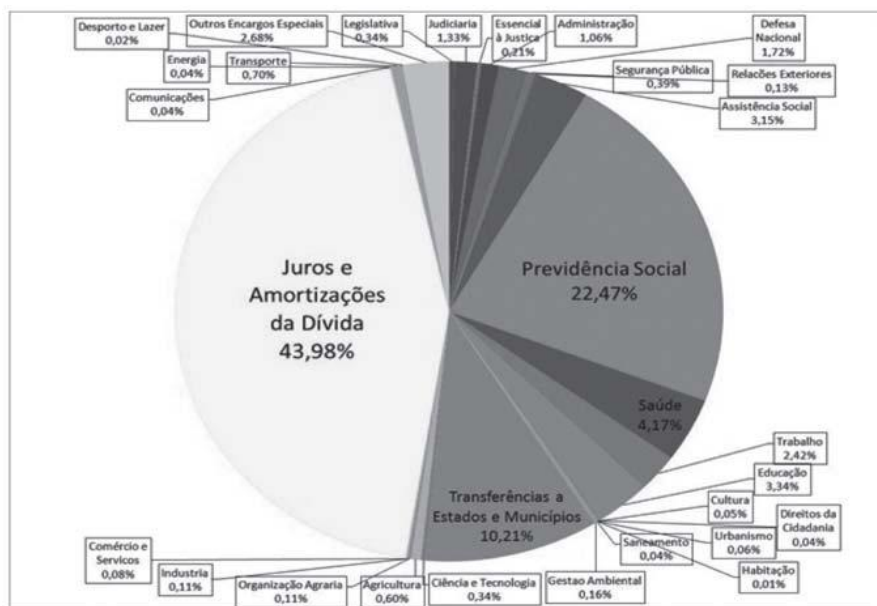
² O gráfico 1 consta da entrevista de Maria Lucia Fattorelli no Jornal dos Economistas, n.272, março de 2012. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_marco_2012.pdf>. Acesso em: 12 jul. de 2013.

³ Inclui a rolagem, ou “refinanciamento” da Dívida

Fica, assim, patente a desigualdade na distribuição do orçamento da União para as classes sociais. O ajuste fiscal garante altas taxas de rentabilidade ao grande capital, especialmente suas frações rentistas, que abocanharam cerca de 44% do orçamento (em números absolutos, R\$ 753 bilhões) (gráfico 2), enquanto as necessidades básicas dos usuários dos serviços sociais públicos não são atendidas.

Gastos e tributação são duas faces de uma mesma moeda. Dissertou-se brevemente sobre o destino dos recursos do fundo público. Cabe, agora, saber a origem dos tributos. Em 2012, a arrecadação tributária bateu recorde, alcançando R\$ 1,029 trilhão diante do crescimento econômico e do aumento da renda e do emprego formal. Estes fatores, contudo, não explicam a totalidade do seu crescimento. Uma política de gestão e fiscalização da Receita Federal, bem como a defasagem da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física, que chega a 66,4% entre 1996 e 2012, também fazem parte do arsenal do governo para aumentar a carga tributária, cada vez mais concentrada na União.

Gráfico 2 – Orçamento geral da União, por função (em 2012)



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública, 2013.

A política tributária brasileira é altamente regressiva. Segundo Evilásio Salvador (2012, p.130), 54,90% da arrecadação em 2009 vêm da tributação indireta, isto é, do consumo de mercadorias, que tem alíquotas

iguais para classes com rendas e riquezas muito desiguais. As contribuições das entidades empresariais, tais como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), somaram R\$ 22,64 bilhões, enquanto o imposto de renda dos assalariados somou quase cinco vezes mais (R\$ 110,86 bilhões). Já os impostos sobre o patrimônio corresponderam a somente 3,72%. Ou seja, a renda do trabalhador tem um nível de taxaço muito mais elevado do que a renda dos capitalistas; além disso, o estoque da riqueza é praticamente isento de pagamento dos impostos.

Na política monetária, as taxas nominais do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) caíram paulatinamente de 26,5% em 2003 para 8% em 2013. Em termos reais, tais taxas eram, respectivamente, de 16% e 2%, o que representa uma queda significativa. Entretanto, como visto anteriormente, esta queda nominal e real da taxa de juros não significou o fim da pilhagem do orçamento nacional por parte dos detentores dos títulos da dívida pública.

E os balanços patrimoniais do grande capital bancário, foram afetados por esta queda? Durante os oito anos de mandato do governo Lula, os lucros de nove bancos (dentre eles os gigantes Itaú, Bradesco e Banco do Brasil) bateram recordes, contabilizando R\$ 174 bilhões, enquanto nos anos FHC o resultado foi de R\$ 19 bilhões (NOVO, 2011, p.31). Em 2011, os lucros de 25 instituições bancárias com capital aberto foram de R\$ 49 bilhões, uma alta de 14,5% em relação a 2010. Ou seja, a queda dos juros não significou a queda dos rendimentos dos grandes bancos, pois estas corporações oligopolistas adotaram novas estratégias de gestão do seu portfólio, tais como a manutenção do *spread* bancário, o aumento das operações de crédito e das tarifas acima da inflação.

As empresas dos setores produtivos não ficaram de fora do crescimento do bolo. Seus balanços patrimoniais esbanjam cifras invejáveis. No primeiro ano do governo petista, os lucros de 257 empresas com capital aberto foram de R\$ 61,6 bilhões. No início do segundo mandato de Lula, houve um aumento recorde de 100%, para R\$ 123,7 bilhões (SCHREIBER, 2008, p.25). Em 2010, a consultoria Austin Rating calculou, a partir de uma amostragem de 59 empresas de 20 setores com capital aberto, um lucro de R\$ 167 bilhões, 32% a mais do que 2009.

Os ganhos dos grandes oligopólios foram crescentes no mercado de capitais. O índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 523% durante 2003-2010, a maior alta nominal entre as principais praças financeiras do mundo. Em 2009 o volume de negócios registrado na Bovespa atingiu a marca de R\$ 1,216 trilhão. E os dividendos pagos aos acionistas do grande capital cresceram continuamente desde 2008, passando de R\$ 57,4 bilhões para 94,3 bilhões em 2011 (BÔAS, 2012, p.20).

Em suma, diversos setores do capital financeiro (industriais, bancários, agrários e de serviços), cada vez mais concentrados e centralizados

em torno de grandes conglomerados multinacionais, lucraram como nunca na história deste país. Conforme declara orgulhosamente o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2013, p.16),

[...] eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida quanto ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam.

Em períodos de crescimento econômico, é possível se constatar a elevação simultânea das rendas do trabalho e do capital. Os rendimentos da classe trabalhadora também subiram nos últimos anos, devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrões e empregados favoráveis ao trabalho, dos programas de transferência de renda e das mobilizações e greves. E tais ganhos não devem ser desprezados, ainda mais se pensarmos nas condições de miserabilidade de milhões de cidadãos brasileiros. Entretanto, o aumento da renda do trabalho, segundo evidências aqui relatadas, não seguiu o ritmo do crescimento das rendas do capital, isto sem falar na concentração da propriedade, uma caixa-preta que precisa ser aberta e codificada⁴.

Existem poucos números oficiais disponíveis sobre a concentração da riqueza no Brasil. Talvez o mais expressivo seja sobre a concentração fundiária. De acordo com os três últimos censos agrários do IBGE, o índice Gini que mede a concentração das terras no país é altíssimo e permaneceu estável (0,857 em 1985, 0,856 em 1995/96 e 0,854 em 2006). No Censo Agropecuário de 2006, as propriedades acima de 200 hectares contabilizaram 71% do total das terras brasileiras, enquanto em 1995/96 somavam 61%.

Segundo pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a nação tem 50 mil milionários, com investimentos rentistas na ordem de R\$ 434,4 bilhões. A revista Forbes divulgou em 2011 a sua lista de bilionários; nela constam trinta membros brasileiros, número recorde e que não para de crescer. Destes ilustres empreendedores, a maior parte é do seletto grupo das famílias de banqueiros. Cabe ressaltar que os índices de mensuração da distribuição pessoal da renda no Brasil não captam os ganhos do capital. E, mesmo assim, o país ainda carrega as marcas das desigualdades entre as classes: é o 12^o país mais desigual do mundo e, na América Latina, temos a nada honrosa 4^a colocação no *ranking* do pauperismo relativo. Segundo escrevem Carlos Tautz et al (2010, p. 259-60),

⁴ Um importante passo nesta direção é o Ranking dos Proprietários do Brasil, organizado pelo Instituto Mais Democracia e a Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão. Para mais informações, consulte o site <<http://www.proprietariosdobrasil.org>>.

As políticas sociais levadas a efeito pelo governo Lula têm gerado efetivamente melhorias nos indicadores sociais, mas que não chegam a atingir a estrutura concentradora da riqueza, que, como se vê, foi aprofundada. Isso torna ainda mais difícil a tarefa de por em debate o atual padrão de acumulação capitalista no país.

A política monetária do Banco Central (BC) ainda busca atingir as metas da inflação para satisfazer as expectativas do grande capital. Apesar de ajustes pontuais, mirando no teto das metas ao invés do seu centro, o controle inflacionário é um dos marcos da política econômica. O saco de maldades do BC reserva surpresas, inclusive mudando a tendência de queda dos juros e reeditando três aumentos consecutivos, como ocorreu em abril, maio e julho de 2013. Com isto, pode-se esperar o aumento dos lucros derivados de movimentações financeiras. Mais uma vez, os ganhos rentistas são preservados diante da pressão de expressivos setores do grande capital.

Apesar de recentes operações de compra de dólares no mercado, o Brasil adotou o câmbio flutuante (hoje com menor margem de flutuação) e a liberalização financeira dos seus fluxos externos de capital, que ainda drenam massivamente a riqueza produzida pela força de trabalho nacional nas formas de envio de lucro, pagamentos de juros, royalties, patentes e direitos intelectuais, fretes, seguros etc. O déficit da nossa conta corrente cresce ano a ano desde 2009, o que precisa ser financiado pelo ingresso de capital estrangeiro, muitas vezes atraído por altas taxas de juros. Projeções do próprio Banco Central calculam o déficit externo em US\$ 75 bilhões no ano de 2013, algo em torno de 3% do PIB.

Com o crescente déficit nas contas correntes, os governos petistas estimulam uma agressiva política de exportações de mercadorias do complexo agroindustrial, apostando nas “vantagens competitivas naturais” da nação e na alta contínua dos preços das *commodities* agrícolas e minerais nos mercados internacionais. O objetivo é conseguir divisas a partir da balança comercial. Produtos primários e semimanufaturados responderam, respectivamente, por 38,5% e 13,7% pela nossa pauta exportadora em 2010. Temos, portanto, mais de 50% das exportações baseados em mercadorias primárias de baixa ou nenhuma densidade tecnológica, com baixo valor agregado. Diante deste quadro, autores defendem que o país vive uma reprimarização das exportações (GONÇALVES, 2013, p.92-3).

Dentro deste quadro de manutenção do tripé neoliberal – meta inflacionária, superávit primário e câmbio flutuante, com ajustes marginais de acordo com a conjuntura –, junto com a liberalização comercial e financeira e as privatizações de nova geração (concessões, parcerias público-privadas, organizações sociais etc.), constata-se que o social-liberalismo mantém a hegemonia dentro da política econômica via o posicionamento estratégico de seus quadros dirigentes no controle do Banco Central, Tesouro Nacional e os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ou seja, o social-liberalismo ainda domina setores-chave do Estado, angariando ganhos multi-

bilionários de renda e riqueza para as frações rentistas da burguesia e demais aliados do bloco de poder dominante.

Os altos escalões executivos do Estado ampliado burguês garantem, por fora de qualquer controle democrático, uma crescente apropriação da riqueza socialmente produzida para direcioná-la à manutenção das condições gerais da produção capitalista e à administração das crises, socializando prejuízos decorrentes das atividades dos plutocratas. Segundo Ernest Mandel ([1972] 1982, p.339), no pós-Segunda Guerra Mundial, há

[...] uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às 'condições gerais de produção' que financia.

O cerne da questão reside na manutenção de uma política econômica que estimula o aprofundamento da economia política da financeirização e do novo imperialismo, processo gestado desde os anos 1990. Diante das Jornadas de junho/julho, a presidente Dilma apressou-se a apresentar à nação um Pacto Social com cinco medidas. A primeira delas – o que não é casual – é a da disciplina fiscal, um claro recado à plutocracia mundial. Mesmo diante de imponentes pressões populares, o governo manterá o superávit primário para arcar com as dívidas internas e externas. E, na esteira deste anúncio presidencial, o ministro Guido Mantega já anunciou um pacote de cortes de gastos de custeio na máquina estatal, prometendo preservar áreas como saúde, educação e transporte. As vozes da democracia foram escutadas porque se fizeram presentes maciçamente nas ruas, mas continuam não sendo atendidas...

Para além das aparências macroeconômicas, que exibem bons números em determinadas conjunturas, está em curso no Brasil a reafirmação e consolidação de uma nova etapa do capitalismo dependente que começou na década de 1990, foi impulsionada nos governos FHC e consolidada na Era Lula/Rousseff. Privilegiam-se os circuitos financeiros da plutocracia nacional e internacional (créditos, ações, derivativos, dívida pública, em suma, o capital portador de juros), que articulam a criação de valores fictícios nos balanços contábeis e tratam de promover a punção da mais-valia produzida sob o signo da superexploração da força de trabalho em diversos ramos da indústria e dos serviços, e a massiva expropriação dos meios de produção no campo e na cidade (FONTES, 2010). Como dizem Marcelo Carcanholo e Grasiela Baruco (2011, p.20),

Aprofundamento das reformas neoliberais, ainda que se mantenha o discurso por uma maior (re) regulamentação do mercado financeiro, e garantias estatais para a valorização meramente financeira do capital fictício,

essa é a forma que o capitalismo está construindo para a saída desta nova crise estrutural. O neoliberalismo morreu?

2. A força auxiliar do novo desenvolvimentismo no socorro ao capitalismo dependente brasileiro

O novo desenvolvimentismo surgiu no ninho dos tucanos. Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu, em 2004, um artigo na Folha de São Paulo intitulado sobriamente de *Novo desenvolvimentismo*. No ano seguinte, um grupo de professores universitários ligados à tradição pós-keynesiana organizou a coletânea *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Esta obra foi prefaciada pelo então vice-presidente José de Alencar, senador da República, industrial do ramo têxtil e um dos fiadores da aliança de Luís Inácio Lula da Silva com a alta burguesia. Nesta etapa, o novo desenvolvimentismo deixou de ser uma ideologia formulada por um intelectual orgânico das classes dominantes e ganhou proximidade com o alto escalão do governo federal, sob a batuta de representantes da alta burguesia interna.

O ponto de inflexão teria ocorrido a partir do final de 2005, com a crise decorrente do mensalão, e a queda do ministro Antonio Palocci em 2006. A pressão por uma mudança na linha da política econômica aumentou ainda mais em 2008 com a crise que eclodiu nos EUA e rapidamente se espalhou pelo mundo, com maior peso na Europa. Neste período, teses do novo desenvolvimentismo – intervenção estatal na economia e na “questão social” para estimular crescimento e distribuição de renda, política externa mais ativa, investimentos em infraestrutura – fortaleceram-se dentro do aparelho estatal e foram elogiadas por intelectuais orgânicos da alta burguesia. Delfim Netto, ex-ministro da Economia e do Planejamento na ditadura civil-militar, signatário do AI-5 e hoje assessor econômico dos governos do PT, declarou numa entrevista que

Lula mudou o Brasil de forma importante, de forma a salvar o capitalismo. [...] A última coisa que este governo fez foi se opor ao capitalismo. E muito menos ser marxista ou outra coisa. Digo que há coisas acontecendo que são fundamentais para a sobrevivência do processo (NETTO, 2009, p.28).

Na área geopolítica, destacaram-se figuras como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, Marco Aurélio Garcia, Roberto Mangabeira Unger e Oswaldo Oliva Neto⁵. Márcio Pochmann foi presidente do IPEA por muitos anos. Luciano Coutinho assumiu o BNDES em abril de 2007 e

⁵ O capítulo 3 do livro *Brasil potência*, do jornalista uruguaio Raul Zibechi, traz detalhadas descrições e análises sobre a política novo desenvolvimentista na área geopolítica (ZIBECCHI, 2012).

continua no cargo com o prestígio em alta. Aloizio Mercadante é o atual ministro da Educação (já foi ministro da pasta de Ciência e Tecnologia) e assessor político da presidente Dilma. Luiz Gonzaga Belluzzo é assessor econômico da Presidência da República desde o governo Lula. Desta forma, a ideologia novo-desenvolvimentista deixou de ser um espectro e ganhou materialidade como política de governo em alguns setores do Estado, com destaque para a política externa e, na área econômica, o BNDES.

O BNDES é um dos poucos postos-chave dirigidos por defensores do novo-desenvolvimentismo. Até mesmo o IPEA, antigo bastião do chamado social-desenvolvimentismo, hoje é presidido por Marcelo Neri, o ideólogo da “nova classe média”⁶. O novo-desenvolvimento opera como uma linha auxiliar do neoliberalismo tupiniquim no aparato estatal, planejando ações da política econômica para garantir o que Mandel (1982) chamou de “condições gerais da produção”. O seu destaque se dá nas operações de financiamento direto e/ou indireto do BNDES para a concentração e centralização dos capitais nacionais.

Após ser o principal aparelho coercitivo estatal de espoliação nos processos de privatização ocorridos na década de 1990, o BNDES ganhou uma nova orientação na segunda década do século XXI. Para isto o Banco de Desenvolvimento recebeu aportes bilionários do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); hoje, conta com recursos de empréstimos na casa dos R\$ 150 bilhões (em 2011, foram R\$ 148 bilhões de desembolsos de empréstimos e R\$ 156 bilhões em 2013; no primeiro ano do governo Lula, eram R\$ 35 bilhões). Para que se tenha um termo de comparação deste montante, isto representa mais do que o dobro dos recursos disponíveis do Banco Mundial.

Grande parte da carteira de empréstimos do BNDES está voltada para a política de formação das campeãs nacionais, isto é, a construção de grandes oligopólios brasileiros que atuam em setores econômicos nos quais o país goza de vantagens comparativas, em especial nos mercados de *commodities*. Nos últimos anos, cerca de 75% dos empréstimos do BNDES foram destinados às grandes empresas (TAUTZ et al, 2010, p.263). A partir desta política, incentivou-se a fusão de capitais industriais, bancários, comerciais, agrários e logísticos em torno do grande capital monopolista, com bilionários aportes do BNDES e dos fundos de pensão estatais (PREVI, PETROS, FUNCEF e outros) principalmente nos setores de mineração, pecuária, etanol, papel e celulose, energia, alimentação, siderurgia, petroquímica, telefonia e construção civil.

É certo que o desenvolvimento capitalista dependente teve a presença ativa do Estado desde o seu início, seja na forma de políticas fiscais, tributárias, monetárias e cambiais, seja com a criação de empresas estatais,

⁶ Uma crítica consistente e demolidora à tese da “nova classe média” pode ser conferida no artigo “Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?”, de Mathias Luce (2013).

especialmente nos setores de base com investimentos vultosos e de longa maturação. O auge desta intervenção estatal na economia ocorreu no período da ditadura civil-militar de 1964, quando o tripé do capitalismo dependente – empresas privadas internacionais, nacionais e as estatais – consolidou-se e as multinacionais tornaram-se hegemônicas no país. De acordo com Octavio Ianni (1981, p. 53),

A totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e imperialista adquiriu, por sua vez, uma configuração muito especial. O modo pelo qual se deu o desenvolvimento dessa totalidade, principalmente desde a instalação da ditadura, transformou o Estado em poderoso núcleo do capital financeiro. Passou a ser tão grande o poder decisório e de atuação do Estado, que muitos tiveram a impressão de que o Estado se havia ‘deslocado’ da sociedade, ou se colocado ‘contra a Nação’. Provavelmente, jamais tenha sido tão grande a capacidade e o poder do Estado de tomar decisões, atuar ou influenciar as condições de acumulação monopolística no Brasil.

E o Estado nunca mais deixou de frequentar o núcleo duro do capital monopolista, nem mesmo durante o neoliberalismo com o programa de privatização. No final do processo de reorganização do capitalismo no país, com a formação do bloco histórico neoliberal, houve um reposicionamento do Estado como uma potência econômica direta e indireta. Desta vez o Estado controla grandes empresas públicas e privadas (ROCHA, 2013, capítulo 2) através da participação acionária, com intensa atuação do BNDES -Par. Segundo afirma Raul Zibechi (2012, p.183),

Os dados são sobremaneira eloquentes. Em 1996, o BNDES tinha participação em 30 grandes empresas brasileiras. Em 2003, o primeiro ano do Lula, já era acionista de 53 empresas, e em 2009 chegou a 90. Se a isto se soma a presença dos fundos Petros, Previ e Funcef, o Estado está presente em 119 empresas em 2009.

Uma das novidades da etapa neoliberal do capitalismo dependente brasileiro reside na participação da alta burocracia de centrais sindicais na gestão do capital financeiro. Antes, tais lideranças sindicais cooptadas eram presenteadas com concessões pontuais de benesses e mesmo direitos sociais para suas respectivas corporações, naquilo que Florestan Fernandes chamou de distribuição de migalhas aos de baixo. Agora, as migalhas cresceram, não para as bases, mas para a alta burocracia. Estas cúpulas da aristocracia operária, formadas majoritariamente por dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cumprem hoje o papel de gestores do capital portador de juros⁷ nos fundos de pensão, apoiando perdas de direitos traba-

⁷ O texto seminal sobre a nova etapa do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro, que lançou a tese da fusão dos interesses do grande capital com a aristocracia operária, é o ensaio *O ornitorrinco*, de Francisco de Oliveira (2003).

lhistas e previdenciários e estimulando a superexploração da força de trabalho, medidas necessárias para garantir o retorno dos seus investimentos. Assim, o núcleo duro do capital financeiro no Brasil comporta o imperialismo, a burguesia interna, o Estado e a aristocracia operária. Estas são as forças políticas que compõem o bloco de poder dominante, permeado de choques e atritos, mas que não são capazes de abalar a supremacia burguesa, nem mesmo de abalar a hegemonia dos rentistas. A supremacia burguesa só se sentirá ameaçada pelo poder popular nas ruas.

O alto grau de concentração e centralização do capital financeiro, que ganhou impulso nos últimos anos com os recursos do BNDES e dos fundos de pensão, estimulou a expansão internacional dos conglomerados brasileiros para América Latina e África (e alhures, alcançando até países centrais do imperialismo, como os Estados Unidos), naquilo que estudiosos chamam, sob inspiração da obra de Ruy Mauro Marini ([1969] 2012), do subimperialismo brasileiro⁸ (BUENO e SEABRA, 2012). Desde os anos 1960 o Brasil ganhou uma posição intermediária – e ainda sim subalterna – na divisão internacional do trabalho, passando a produzir e exportar bens manufaturados e exercer uma liderança regional na América do Sul e África, fatos estes que se aprofundaram nos últimos dez anos, inclusive com a ocupação militar do país mais pobre do continente americano, o Haiti.

Principalmente a partir dos governos do PT, o Estado brasileiro apoiou com vastos recursos econômicos, políticos, diplomáticos e militares a expansão do capital financeiro nacional e internacional nas periferias do mercado mundial, sob o manto de uma suposta política progressista Sul-Sul. Capitais e mercadorias superacumulados e superproduzidos no mercado nacional foram direcionados ao exterior na tentativa de realizar a mais-valia produzida internamente. Mesmo depois do fim do seu mandato, Luís Inácio Lula da Silva continuou a trabalhar como caixeiro-viajante do grande capital monopolista, com viagens pagas pelas empresas para promover, em comitivas com a alta burguesia, *roadshows* de investimentos capitalistas nas Américas e na África. Como diz Raul Zibechi (2013, p.1),

A atuação de Lula não é ilegal. Pelo contrário, sua atitude está em sintonia com o que costumam fazer os presidentes e ex-presidentes de todo o mundo: trabalhar para favorecer as grandes empresas de seus países. No entanto, não tem nada a ver com uma atitude de esquerda, solidária com os trabalhadores e governos progressistas.

Associado ao subimperialismo, percebe-se a conformação de um novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil (OSORIO, 2012), com destaque para mercadorias do setor primário (agrícolas, minerais e pecuários), juntamente com a produção de manufaturados de baixa inten-

⁸ Cf. o número 36 da revista Crítica Marxista, que publicou a controvérsia sobre o subimperialismo brasileiro no dossiê “Imperialismo brasileiro? Uma polémica teórica e política”, com artigos de Virgínia Fontes, Tatiana Berringer, Mathias Luce e Angelita Souza.

sidade tecnológica, com exceção da indústria aeronáutica. A política estatal de exportação privilegia os gigantescos conglomerados do agronegócio, com suas mercadorias produzidas por cadeias produtivas que conjugam o que há de mais moderno e mais arcaico no país. Todo este processo se dá sob a marca da violência sanguinária da acumulação primitiva-contemporânea do capital: grandes latifúndios protegidos por capangas e pistoleiros e financiados pelo crédito público, a expropriação, saque e pilhagem dos territórios ocupados por indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, e a superexploração da força de trabalho, muitas vezes infantil e/ou em situação análoga da escravidão. De acordo com Jaime Osorio (2012, p. 104),

Em diversas análises e na maioria dos discursos oficiais, a elevação da capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de fortaleza econômica, quando não de desenvolvimento. Só é possível sustentar essa perspectiva isolando as cifras do comércio exterior – particularmente das exportações de bens e serviços – do comportamento do resto da economia e, em particular, da deterioração das condições laborais e de vida dos assalariados e da maior parte da população, bem como da estreita relação dessa deterioração com o incremento da capacidade exportadora.

A força estatal, mais uma vez, coloca-se a serviço do grande capital avançando sobre territórios, modos de vida e direitos sociais dos subalternos brasileiros, que resistem bravamente à expansão das novas fronteiras de acumulação do capitalismo dependente, com organizações de massa como a Via Campesina, por exemplo, que sofrem o extermínio de suas lideranças.

Por fim, diante das novas configurações da base produtiva, o Estado brasileiro deu outra configuração para as privatizações do patrimônio público nacional. Ao invés da venda direta dos ativos, como ocorreu massivamente nos governos FHC, concessões e parcerias público-privadas foram promovidas nos últimos anos nos setores de energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais (saúde, educação, cultura e esportes, por exemplo). O principal objetivo é construir uma infraestrutura adequada aos grandes projetos de desenvolvimento capitalista, em particular nas fronteiras da acumulação do agronegócio, com altas taxas de rentabilidade garantidas pelo Estado, naquilo que Eike Batista chamou de “kit felicidade” dos empresários. Conforme declara Ana Garcia (2009, p.15)

Os grandes projetos, especialmente nos marcos da lisa, têm sido conduzidos prioritariamente para exploração de recursos naturais e para o aprofundamento do modelo exportador. Assim, a integração da infra-estrutura tem levado, em muitos casos, à desintegração de territórios dos povos originais, populações locais e do meio ambiente.

Considerações finais

Diante da crise externa de 2008, o novo desenvolvimentismo atuou como bombeiro no socorro do grande capital monopolista que apresentou sintomas de crise. A política econômica social-liberal, com pitadas de novo desenvolvimentismo, está a serviço da economia política do capital financeiro internacional e nacional em todas as suas frações – finanças, indústrias, comércio, agroindústria, logística, etc. –, que, aliás, estão cada vez mais integradas com o processo de concentração e centralização do capital, algo típico em um momento de crise. Segundo Luis Fernando Novoa Garzon (2010, p.94):

A crise joga luz sobre as operações e construções políticas em curso que tratam de dar fôlego ao capitalismo neoliberal. Um modelo econômico e societal falido, nacional e mundialmente, que tem encontrado no Estado brasileiro, especificamente no BNDES, providenciais tábuas de salvação.

O problema é que o coquetel oferecido ao capital monopolista brasileiro, que mistura ecleticamente social-liberalismo e novo desenvolvimentismo, não o curou plenamente dos efeitos da crise. A recuperação ainda não ocorreu, vide o baixo crescimento econômico nos últimos dois anos. E as expectativas de crescimento têm sido revistas para baixo tanto pelos órgãos do Estado quanto do capital. O Brasil, portanto, parece retornar ao padrão tucano de crescimento econômico, o que dificulta as operações políticas do governo Dilma na soldagem do bloco dominante.

Clássicos do pensamento social, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Ruy Mauro Marini e Carlos Nelson Coutinho, insistiam sobre a originalidade da nossa formação econômico-social: a combinação entre o arcaico e o moderno, que hoje se expressa num amálgama de métodos típicos da acumulação primitiva e do novo imperialismo (HARVEY, 2004). De forma desigual e combinada desenvolvem-se até hoje a acumulação capitalista e a supremacia burguesa em Pindorama, com elementos de continuidade e, acima de tudo, rupturas (não definitivas) nos padrões de acumulação e dominação, atendendo aos interesses das classes proprietárias internas e externas. Reforça-se a dependência e o subdesenvolvimento, algo bem diferente daquilo que entoava o canto da sereia neodesenvolvimentista, hoje abafado pelos massivos protestos de rua.

Estaríamos, afinal, com os recentes levantes populares das Jornadas de Junho/Julho, no início do fim do neoliberalismo?

Referências

- ANDERSON, P. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, A. et al (Orgs.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, Buenos Aires: CLACSO, 2007, p.365-377.
- BECK, M. Mantega diz que desonerações somarão R\$ 106 bi até 2014. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 mar. 2013. Economia, p.28.
- BEHRING, E.; CASTELO, R.; FIUZA, J. et al. *Política econômica e orçamento federal: uma análise da seguridade social brasileira entre 2008 e 2013*. Rio de Janeiro, 2013, mimeo.
- BÔAS, B.V. Com lucro recorde, empresas do país pagam cada vez mais dividendos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 mai. 2012. Economia, p.20.
- BOSCHETTI, I. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: *Financeirização, fundo público e política social*. SALVADOR, E. et al. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2012, p.31-58.
- BUENO, F. M.; SEABRA, R. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: GALVÃO, A. et al. (Orgs.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p.111-131.
- CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradição. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ, v.21, n.11, p.9-23, 2011.
- CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- _____. Carlos Nelson Coutinho e a controvérsia sobre o neoliberalismo. BRAZ, M. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.287-320.
- COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)* São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.
- CORECON-RJ. SINDECON-RJ. Entrevista: Maria Lucia Fatorelli. In: *Jornal dos Economistas*, n. 272. Rio DE Janeiro, mar. 2012. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_marco_2012.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2013
- DA SILVA, L. I. L. O necessário, o possível e o impossível (entrevista). In: SADER, E. (Org.) *Lula e Dilma: 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013, p.9-29.
- FILGUEIRAS, L.; OLIVEIRA, E. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. Trabalho apresentado no XVII Congresso da SEP (2012).

Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2148>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

FONSECA, P. et al O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Rede Desenvolvimentista*, texto para discussão, n.4. Disponível em: <http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=179&catid=14&lang=en>. Acesso em: 01 mar. 2013.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora da UFRJ, 2010.

GARCIA, A. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et al (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.11-25.

GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A.W.; ZHOURI, A.; IORIS, A. A. et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.71-100.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, M. *As metaformoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUCE, M. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Revista Trabalho, educação e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.11, n.1, p.146-166, jan./abr. 2013.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, [1972] 1982.

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.

MOTA, A. E. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, D. O Lula mudou o país de forma a salvar o capitalismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de set., 2009. Economia, p.28.

NOVO, A. Na Era Lula, bancos tiveram lucro recorde de R\$ 199 bi, com crédito farto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 26 fev. 2011. Economia, p.31.

OLIVEIRA, F. de. O ornitorrinco. In: _____. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.121-150.

ROCHA, M. A. *Grupos econômicos e capital financeiro: uma história recente do grande capital brasileiro*. Campinas, Tese de doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 2013, mimeo.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E. et al (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012, p.123-152.

SCHREIBER, M. Lucro de 257 empresas listadas em bolsa dobrou durante o governo Lula. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abr. 2008. Economia, p.25.

TAUTZ, C. et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: PASSARINHO, P.; MAGALHÃES, J.P.; FILGUEIRAS, L. et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.249-286.

VALENTE, G.; BECK, Martha. Economia para pagar juros da dívida fica 25% abaixo da meta. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 jan. 2013. Economia, p.26.

ZIBECHI, R. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

_____. *Multinacionais com fortes laços com o Estado são o centro das "grandes" políticas governamentais*. Disponível em: <http://www.correio.cidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8324>. Acesso em 10 mai. de 2013.

Recebido em 30 de junho 2013.

Aprovado para publicação em 16 de julho de 2013.